



Produção de coco na região metropolitana do Natal/RN: velhas e novas formas de produzir e os nexos com o processo de globalização

Producción de coco en la región metropolitana de Natal/RN: viejas y nuevas formas de producir y los nexos con el proceso de globalización

José Edvaldo Lopes ¹ 

Francisco Fransualdo de Azevedo ² 

Resumo

No presente estudo, propôs-se desenvolver uma abordagem descritiva e analítica no que tange ao processo de produção de coco irrigado na Região Metropolitana do Natal/RN, direcionando as nossas análises, especificamente, para os municípios de São José de Mipibu/RN e de Vera Cruz/RN. As razões pelas quais decidimos analisar a produção de coco irrigado e o consumo consuntivo e produtivo nestas unidades federativas devem-se ao fato de as mesmas obterem certa representatividade no que tange ao emprego de tecnologia no processo produtivo, se comparados com os demais municípios que compõem a Região Metropolitana do Natal/RN. Utilizamos como recorte temporal a década de 1990, haja vista que foi a partir deste período que ocorreu, com mais evidência, as transformações no espaço agrário destes municípios. Para a elaboração da presente pesquisa, fizemos uso do referencial teórico pautado nas discussões de alguns autores, a saber: Castillo e Frederico (2010), Santos e Souza (1986), Moraes (2007 [1985]), Santos (2008a), Santos (2008b), Dantas, Arroyo e Cataia (2007). Fizemos uso, ainda, das categorias de análise de circuito espacial de produção e círculos de cooperação e das abordagens quantitativa, qualitativa, descritiva, analítica, historicista e empírica, bem como da pesquisa de campo, da pesquisa exploratória, da pesquisa documental e bibliográfica. Concluímos que tal atividade tem promovido o reordenamento espacial e agrícola nas áreas desta pesquisa, haja vista que certas culturas alimentares, a exemplo do feijão, do milho e da mandioca, estão sendo substituídas pela monocultura do coco irrigado, colocando em risco a segurança alimentar.

Palavras-chave: circuito espacial de produção; produção de coco irrigado; consumo produtivo e consuntivo; nexos com o mercado globalizado.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutorando do Curso de Pós – Graduação em Geografia – PPGGe. Vera Cruz, RN, Brasil. E-mail: edvaldodoutorufrn@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor orientador: titulação, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU/MG), com Estágio Doutoral na Universidade de Barcelona – Espanha. Natal, RN, Brasil. E-mail: ffazevedo@gmail.com

Resumen

En el presente estudio se propuso desarrollar un enfoque descriptivo y analítico en lo que respecta al proceso de producción de coco regado en la región metropolitana de Natal/RN, dirigiendo nuestros análisis, específicamente, a los municipios de São José de Mipibu/RN y Vera Cruz/RN. Las razones por las cuales decidimos analizar la producción de coco regado y el consumo consuntivo y productivo en estas unidades federativas se deben al hecho de que las mismas obtienen cierta representatividad en lo que respecta al uso de tecnología en el proceso productivo, comparado con otros municipios que componen la Región Metropolitana de Natal/RN. Utilizamos como marco temporal la década de 1990, dado que fue a partir de este período que ocurrieron, con mayor evidencia, las transformaciones en el espacio agrario de estos municipios. Para la elaboración de la presente investigación, hicimos uso del marco teórico basado en las discusiones de algunos autores, a saber: Castillo y Frederico (2010), Santos y Souza (1986), Moraes (2007 [1985]), Santos (2008a), Santos (2008b), Dantas, Arroyo y Cataia (2007). Hicimos uso, además, de las categorías de análisis de circuito espacial de producción y círculos de cooperación, así como de los enfoques cuantitativo, cualitativo, descriptivo, analítico, historicista y empírico, así como de la investigación de campo, de la investigación exploratoria y de la investigación documental y bibliográfica. Concluimos que dicha actividad ha promovido la reorganización espacial y agrícola en las áreas de esta investigación, dado que ciertos cultivos alimentarios, como el frijol, el maíz y la yuca, están siendo reemplazados por el monocultivo del coco regado, poniendo en riesgo la seguridad alimentaria.

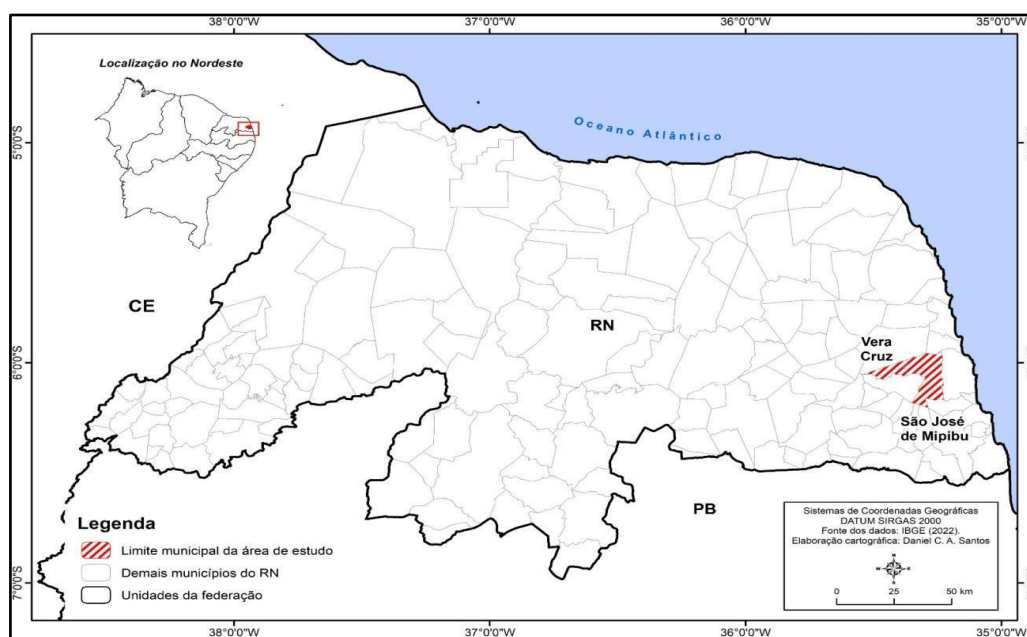
Palabras clave: circuito espacial de producción; producción de coco irrigado; consumo productivo y consumista; nexos con el mercado globalizado.

Introdução

O presente estudo teve por principal objetivo desenvolver uma abordagem descritiva e analítica no que tange ao processo de produção de coco irrigado na Região Metropolitana do Natal/RN, direcionando as nossas análises, especificamente, para os municípios de São José de Mipibu/RN e de Vera Cruz/RN, em que buscamos analisar a origem do cultivo do coqueiro nessas unidades federativas, nos moldes tradicionais e dependente exclusivamente das condições naturais – clima e solo –, bem como as transformações ocorridas em seu processo produtivo nas últimas décadas, mediante a absorção de tecnologias, informações, comunicações, transportes e ações governamentais, as quais têm inserido a produção de coco irrigado no mercado globalizado, mantendo nexos com o processo de globalização em curso.

Como recorte espacial (Mapa 1), direcionamos as abordagens, tendo por foco principal os municípios de São José de Mipibu e de Vera Cruz, pelo fato de os mesmos possuírem certa representatividade no que tange ao emprego de tecnologia no cultivo de coqueiro irrigado e, pelos mesmos terem passado por um processo de transformação nas relações de produção e de trabalho mais significativas, se comparados com os demais municípios que compõem a Região Metropolitana do Natal/RN.

Mapa 1 - Recorte espacial da pesquisa



Fonte: IBGE, 2022. **Org.:** Santos, s.d.

Como recorte temporal ou corte epistemológico, nos remeteremos à década de 1990, haja vista que foi após esta década que se intensificou o processo de produção de coco irrigado nestes municípios com o intuito de atender o mercado globalizado, alterando a lógica da produção e as relações de trabalho no processo produtivo desta atividade agrícola.

Mediante o processo de modernização da agricultura em curso, o desenvolvimento técnico-científico e informacional, a expansão da eletrificação rural e as ações governamentais com o objetivo de promover o desenvolvimento da região

do Nordeste brasileiro e diminuir as desigualdades regionais, em consonância, também, com as vantagens locais (clima, solo, lençol freático, proximidade com os grandes centros etc.), estas e outras ações contribuíram para fomentar o crescimento e fortalecimento da produção de coco irrigado nas áreas em que delimitamos como recorte espacial.

Devemos acrescentar, ainda, que há toda uma psicosfera atrelada ao consumo de água de coco, em que alguns profissionais da saúde consideram esta fruta como isotônico natural, capaz de substituir o soro fisiológico, rica em vitamina “A”, “C” e Complexo “B”, entre outros atributos. Esta ideia, disseminada por alguns profissionais da saúde, tais como médicos, educadores físicos e praticantes de academias, entre outros profissionais, tem contribuído para a expansão do consumo da água de coco por vários segmentos da sociedade, alcançando mercado antes não imaginável, a ponto de não sabermos até onde se dá o consumo da água de coco (consumo consuntivo) produzida nestas unidades federativas, objeto de nossas análises.

Vale ressaltar que, em nossas análises, nos detemos apenas no que tange à produção de coco irrigado, bem como ao consumo de água de coco em suas distintas formas (in natura e industrializada). Não foram analisados aqui os demais subprodutos do coco, a exemplo do coco ralado, leite de coco, óleo de coco, entre outros, pois este não é o foco da presente pesquisa.

Contudo, buscou-se compreender as transformações ocorridas no processo de produção de coco irrigado na área desta pesquisa, bem como a sua compreensão no que tange à espacialização do objeto desta pesquisa, até onde este objeto se espacializa, quais os mercados que ele alcança. Se ele se espacializa apenas no mercado regional e/ou nacional.

Este estudo se justifica por se tratar de um trabalho original e pertinente, trazendo à tona uma discussão emblemática a respeito de uma temática à qual, ainda, não há nenhum registro teórico/descritivo com relação a este tema no estado do Rio Grande do Norte e que poderá servir de base teórica para futuros estudos no campo da Geografia Agrária e da ciência geográfica.

Além disso, a nossa proposta de trabalho se justifica pela importância econômica que os municípios de São José de Mipibu e Vera Cruz têm para a Região Metropolitana do Natal/RN, como áreas fornecedoras de diversos alimentos,

particularmente, a produção de coco. Além do mais, há escassez de estudos no campo da ciência agrária e econômica atrelada a essa temática em questão que sejam capazes de fornecer entendimento e elementos norteadores que possam fornecer a compreensão do fenômeno estudado e construir resultados que sirvam de base para futuros estudos, bem como possam nos auxiliar na apreensão das transformações impostas pelo advento da globalização nas áreas pesquisadas, uma vez que a produção de coco irrigado se articula e se relaciona com outras espacialidades a partir dos fluxos materiais (consumo de água de coco, aquisição de insumos, equipamentos e máquinas agrícolas, crédito rural, entre outros) e, como tal, promove alterações significativas no espaço geográfico de forma direta/indireta.

Para fundamentar as análises, utilizaram-se como referencial teórico as abordagens de Castillo e Frederico (2010), Santos e Souza (1986), Moraes (2007 [1985]), Santos (2008a), Santos (2008b) e Dantas, Arroyo e Cataia (2007). Fizemos uso, ainda, das categorias de análise, circuito espacial de produção e círculos de cooperação.

Nos apoiamos, ainda, nas abordagens quantitativa, qualitativa, descritiva, analítica, historicista e empírica, bem como na pesquisa de campo, na pesquisa exploratória, na pesquisa documental e bibliográfica. Ambos os procedimentos metodológicos nos auxiliaram no levantamento de dados primários e secundários direcionados para a temática em questão, os quais foram organizados por meio de tabelas, mapas, textos e fotos, corroborando para a compreensão do fenômeno pesquisado.

Em síntese, à medida que intensificamos as nossas leituras correlatas ao tema desta pesquisa, bem como a partir da apropriação das ferramentas metodológicas, do instrumental de pesquisa e das informações obtidas durante a pesquisa de campo, concluímos que o circuito espacial de produção de coco presente nos municípios de São José de Mipibu/RN e de Vera Cruz/RN, inseridos na Região Metropolitana do Natal/RN, vem promovendo significativas transformações em sua espacialidade e novos arranjos espaciais em suas áreas agrícolas.

Apreendemos, ainda, que esta atividade agrícola vem se intensificando a cada dia, cada vez mais, por meio de laços comerciais e de fluxos materiais que integram firmas e instituições por meio de círculos de cooperação, os quais têm conferido nexos com o mercado globalizado a partir da logística, do consumo produtivo e consuntivo.

Metodologia

Para alcançarmos os nossos objetivos, utilizamos como metodologia a pesquisa exploratória, a pesquisa de campo, as abordagens descritivas, analíticas, empíricas e históricas, bem como análises e sistematização de dados primários e secundários inerentes ao nosso objeto de pesquisa ora realizada.

Com o intuito de alcançar nossos objetivos, a metodologia foi dividida em duas etapas, a saber: na primeira etapa, nos dedicamos à leitura de obras dos principais autores, concernentes à nossa temática em questão, a partir da pesquisa exploratória e documental. Já na segunda etapa, nos debruçamos sobre a pesquisa de campo e coleta de dados primários.

Ainda, no que tange à pesquisa de campo, esta foi direcionada para os principais agentes sociais da área estudada ou stakeholders, a saber: os principais produtores de coco irrigado da área do recorte desta pesquisa, atravessadores, visitas técnicas aos estabelecimentos comerciais os quais comercializam a produção de água de coco na Região Metropolitana do Natal/RN (atacadistas, distribuidoras, quiosques, ambulantes), atentando-se para as principais questões inerentes ao tema da pesquisa.

Fizemos uso, ainda, de entrevistas semiestruturadas, as quais foram aplicadas junto aos produtores de coco irrigado, atravessadores, funcionários de pousadas e hotéis, comerciantes deste fruto em sua forma *in natura* e industrializada; vale ressaltar a utilização de nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados; além de visitas técnicas em alguns estabelecimentos comerciais e atacadistas da Região Metropolitana do Natal/RN, com a finalidade de compreendermos o fluxo material e consumo produtivo e consuntivo atrelado à produção de coco irrigado no âmbito regional.

Tal procedimento metodológico nos permitiu abstrair informações necessárias para compreender a problemática em questão e apreender os nexos entre a produção de coco irrigado e a globalização, bem como o consumo deste fruto, seja na sua forma *in natura* e/ou industrializada, não somente na Região Metropolitana do Natal/RN, mas também em diversos centros urbanos do Brasil, o que nos forneceu elementos importantes para compreendermos a espacialização do objeto de pesquisa.

Por fim, para fundamentar as nossas análises, fizemos uso, ainda, da cartografia temática, de máquina fotográfica, de gravador de voz e anotações de informações

pertinentes ao tema da pesquisa, com o intuito de dar maior ênfase e embasamento teórico à presente pesquisa, sendo finalizado com a produção textual.

Referencial Teórico

Ao nos debruçarmos sobre o referencial teórico da pesquisa, faz-se necessário realizarmos aqui uma discussão teórica a respeito do circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação que se inserem no contexto da temática inerente ao circuito espacial de produção de coco irrigado nos municípios de São José de Mipibu e de Vera Cruz, ambos incrustados dentro dos limites políticos da Região Metropolitana do Natal/RN.

No que tange aos circuitos de produção e acumulação, segundo Barrios (1978), os mesmos estão atrelados a uma atividade produtiva considerada como “primária ou inicial” e que se inserem em diversas fases correspondentes a vários processos de transformação pelos quais o produto principal da atividade passou até chegar ao estágio do consumo final.

A mencionada autora propõe que 25 circuitos devem ser levados em consideração, “compreendendo atividades agrícolas, extrativas e industriais”, a saber: leite e carne, pesca, madeira, frutas e hortaliças, cereais, couro, têxteis, cacau, açúcar, óleos, café, produtos de granja, sal, fumo, bebidas, alumínio, ferro, petróleo e gás natural, construção, vidro, metais não ferrosos, carvão, tubérculos e raízes, grãos, equipamento profissional e científico (Barrios, 1978).

De tal modo que esse dado circuito fará “parte de um maior, de nível nacional”, podendo ser considerado como ‘subcircuito regional de acumulação’, a exemplo de uma dada matéria-prima, em que tal circuito seria “formado pelos seus produtores, pelos seus transformadores em sucessivos produtos manufaturados”, (...) “incorporando todos os processos de comercialização e financiamento” (Santos; Souza, 1986).

Tais autores consideram, ainda, que a reunião de circuitos em que há algum tipo de vinculação ou relação constitui “o subsistema regional”, o qual se caracteriza como “relações de vinculação direta e indireta”. No que tange à vinculação direta, esta está associada às relações técnicas de produção (os insumos ou parte destes que são

utilizados por um dado circuito e que são provenientes de outro circuito de produção, evidenciado dentro de uma mesma região).

No caso da vinculação indireta, esta apresenta duas modalidades ou fases. Na primeira, “a relação se dá por meio de mecanismos de financiamento dos quais vem o inter-relacionamento do circuito”. Na segunda, os empregados que detêm salários altos e que podem, por meio da poupança, desenvolver seu próprio negócio, financiando-o indiretamente. Tal prática poderia ser desenvolvida por grupos econômicos de empresariado local, estabelecendo-se “relações intercircuitos, por meio do movimento interempresarial, de transferências diretas de um setor a outro, da ocupação temporária da força de trabalho, tudo isso dentro de um mesmo subsistema regional” (Santos; Souza, 1986).

Para Moraes (2007 [1985]), os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação no espaço devem ser abordados levando em consideração o processo de mundialização do espaço geográfico, bem como se deve levar em conta a globalização e as relações sociais de produção.

De acordo com o mesmo autor, “discutir os circuitos espaciais da produção” requer o entendimento quanto à “especialidade da produção – distribuição – troca – consumo, como movimento circular constante” e que, ao captar seus elementos determinantes, poderá compreender e “dar conta da essência de seus movimentos”. De acordo com esse raciocínio, não podemos nos prender a uma mera discussão local/lugar. Se assim o fizermos, estaremos nos distanciando de tal discussão e eliminaremos a ideia de circuito espacial de produção.

Para Castillo e Frederico (2010), a ideia de circuito espacial produtivo está vinculada à centralidade da circulação no encadeamento das diversas etapas da produção, bem como se deve levar em conta a variável espaço como elemento singular na reprodução social e o enfoque direcionado ao ramo ou atividade produtiva dominante.

No entanto, a produção não se limita apenas ao processo produtivo, mas também se deve levar em consideração a circulação da mercadoria, desde o momento de sua produção até o consumo final, ou seja, “produção-distribuição-troca-consumo, como movimento circular constante” (Castillo; Frederico, 2010, p. 463).

Assim sendo, são os círculos de cooperação que dão fluidez e dinâmica a um determinado circuito espacial de produção em seus variados estágios ou etapas, ao

permitirem a circulação da comercialização e distribuição da mercadoria por meio da técnica, da informação, da troca, da distribuição e do consumo produtivo e consuntivo.

Neste contexto teórico/descritivo, este referencial teórico nos proporcionará a compreensão sobre o processo de transformação pelo qual a produção de coco nos municípios de São José de Mipibu e de Vera Cruz tem evidenciado nas últimas décadas, saindo de um modesto cultivo de coqueiros gigante em meio a um sistema de agrofloresta destinado, essencialmente, para incrementar a base alimentar do núcleo familiar e, após décadas, chegar a atingir mercados antes imagináveis, mantendo nexos com o processo de globalização em curso. Estes aspectos só serão compreensíveis se analisarmos o consumo produtivo e consuntivo, atrelado ao consumo de água de coco e deste fruto de forma in natura, se levarmos em consideração este arcabouço teórico/metodológico.

Resultados e Discussão

No tocante ao coqueiro (*Cocos lucifera*), este é originário das ilhas de clima tropical e subtropical do oceano Pacífico, especificamente no Sudeste Asiático, sendo este considerado o centro difusor dessa frutífera para as demais regiões do mundo. A Indonésia atualmente é o maior produtor mundial de coco. O Brasil ocupa o quarto lugar no ranking mundial de produção e o quinto em área colhida (Banco do Nordeste, 2021).

No Brasil, a variedade do coqueiro gigante foi introduzida no estado da Bahia. Daí surgiu a expressão “coco-da-baía”. A partir deste estado, tal espécie de palmeira foi sendo difundida para outros estados da federação, sobretudo na Zona da Mata da região do Nordeste do país, onde esta espécie se adaptou muito bem, em virtude das condições climáticas desta região.

No que tange aos municípios de São José de Mipibu/RN e de Vera Cruz/RN, localizados no estado do Rio Grande do Norte, há relatos de que os primeiros plantios desta palmeira foram realizados por volta do final do século XVIII, pelos primeiros colonizadores, sendo cultivados no sistema de agroflorestas, em áreas de várzeas, onde o solo é mais úmido e bem drenado.

Este sistema de plantio, em sua grande maioria, perdurou até o final da década de 1980, período em que o Brasil passou por profundas mudanças em sua base técnica, mediante o advento da “Revolução Verde” – conjunto de pacote tecnológico difundido pelos países desenvolvidos, sobretudo Estados Unidos e Europa Ocidental –, a qual impactou significativamente os países denominados como “subdesenvolvidos”. E com os municípios de São José de Mipibu e Vera Cruz não foi diferente.

A partir desta conjuntura e dos elementos espaciais citados anteriormente na introdução, passou a evidenciar-se a substituição do coqueiro gigante pelo cultivo de coqueiro anão precoce e/ou híbrido no sistema de monocultura nessas unidades federativas, variedades estas com maior capacidade de produtividade, precocidade e menor dimensão, chegando no máximo a 10 m de altura e 30 anos de existência, sendo destinado à produção de água de coco. Ao passo que a espécie do coqueiro gigante pode chegar a mais de 50 m de altura, com ciclo de vida muito longo, chegando a mais de 100 anos de vida útil. Porém, esta espécie apresenta uma baixa produtividade, além de iniciar o seu ciclo reprodutivo tardiamente, entre cinco e sete anos após o seu plantio.

Inicialmente, a variedade do coqueiro gigante foi introduzida nas áreas objeto desta pesquisa pelos primeiros colonizadores, que cultivavam esta palmeira consociada com outras frutíferas, sobretudo laranjeiras, abacateiros, goiabeiras, mangueiras, jaqueiras, cajueiros, entre outras espécies de plantas, num sistema semelhante ao da agrofloresta, em pequenos quintais e/ou sítios.

A produção de coco era voltada, em sua maioria, para atender às necessidades básicas dos núcleos familiares, sendo que o seu excedente era comercializado nas feiras livres da região. O seu cultivo e manejo se davam por meio do trabalho familiar e com auxílio de ferramentas manuais, a saber: enxada, foice, chadeco, pá, facão e péias (espécie de equipamento artesanal composto por cordas e almofadas que auxiliavam o tirador de coco a subir no coqueiro).

Após a década de 1990, sobretudo com o desenvolvimento tecnológico, científico e informacional, com a modernização da agricultura preconizada pelo advento da “Revolução Verde”, a qual teve origem nos Estados Unidos da América e na Europa Ocidental, bem como a partir da expansão da eletrificação rural, das ações governamentais direcionadas para a execução de grandes projetos de irrigação nas áreas férteis dos vales úmidos do Nordeste brasileiro, o que Harvey (2005)

convencionou chamar de “espaços de reservas para o capital”, estes e outros fatores corroboraram para promover as transformações presenciadas no cultivo do coqueiro nestas unidades federativas.

A partir de então, a produção de coco, que antes era realizada por meio do sistema de consorciamento com outras espécies de frutíferas, passou a ser cultivada nos moldes do sistema monocultor, sobretudo ocupando áreas que antes eram destinadas ao plantio de outras cultivares, a exemplo da produção de raízes de mandioca (*Manihot esculenta*).

Com o incremento de novas tecnologias, a exemplo do emprego de insumos, fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas agrícolas e sistemas de irrigação, desde então a produção de coco vem passando por alterações na sua forma de produzir, de consumir, de comercializar, bem como nas relações de trabalho presentes no processo produtivo.

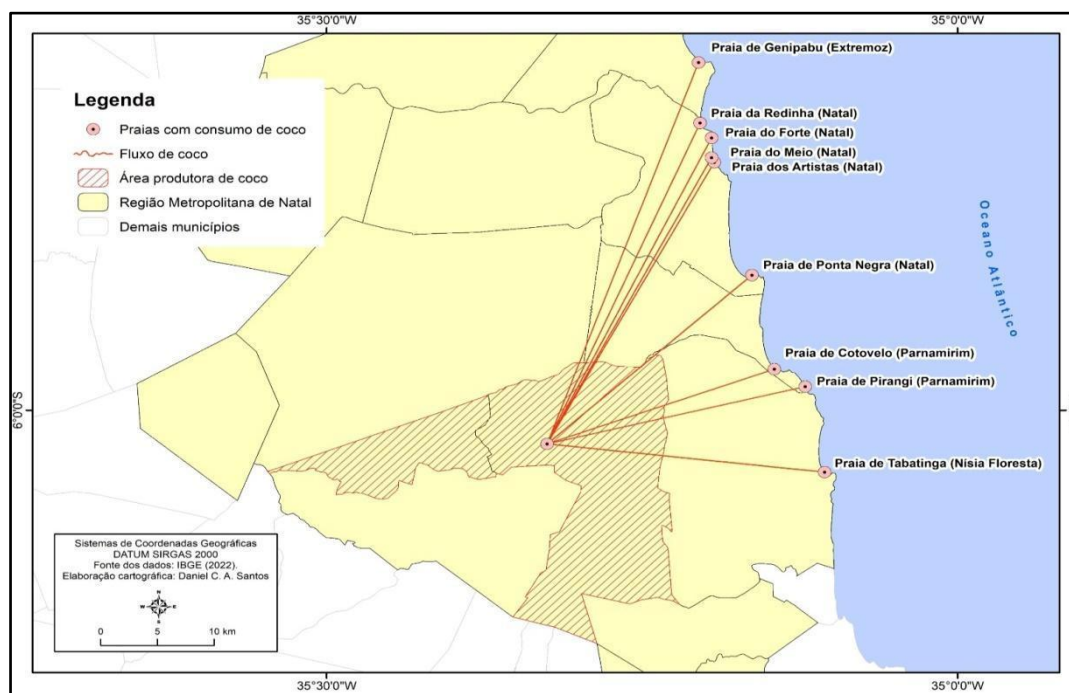
Se antes a produção se dava por meio do sistema agroflorestal, do trabalho familiar, em que a sua produção era destinada para atender às necessidades básicas das famílias e o seu excedente era comercializado nas feiras livres locais, agora a sua produção se dá por meio do trabalho remunerado e/ou assalariado. O seu cultivo obedece aos padrões das grandes monoculturas, em fileiras. Em sua grande maioria, adotou-se o emprego de novas tecnologias, a exemplo de sistemas de irrigação, pulverizador aéreo, guindaste, fertilizantes e defensivos químicos, tratores, entre outros implementos agrícolas, sendo a produção voltada exclusivamente para atender ao mercado.

As transformações no processo de produção de coco são latentes e visíveis, provocando, assim, novos reordenamentos e (re)arranjos espaciais nas áreas objeto desta pesquisa, alterando a lógica da produção antes baseada numa economia não capitalista para outra fase pautada exclusivamente na lógica de produção capitalista.

De acordo com as nossas pesquisas de campo, constatamos que grande parte da produção de coco irrigado oriunda dos municípios de São José de Mipibu e de Vera Cruz é destinada ao abastecimento da Região Metropolitana de Natal/RN (Mapa 2). A efetivação de entrevistas com produtores localizados nestes municípios, atravessadores e visitas técnicas em alguns estabelecimentos comerciais da cidade de Natal/RN revelou que o consumo deste fruto se dá tanto em sua forma *in natura* (direto do fruto), bem

como em sua forma industrializada, abastecendo o mercado da Região Metropolitana de Natal/RN, sendo a Avenida Engenheiro Roberto Freire a área em que constatamos maior quantidade de pontos de distribuição deste fruto.

Mapa 2 – Fluxo de distribuição de coco para a região metropolitana do Natal



Fonte: IBGE, 2022. Org.: Santos, s.d.

Contudo, nas praias urbanas da cidade de Natal/RN, o consumo da água de coco se dá tanto no formato industrializado, especialmente em pousadas e hotéis luxuosos, quanto em sua forma *in natura*, sendo consumido por banhistas e frequentadores das praias urbanas da capital potiguar, sobretudo os quais são abastecidos por pequenos comércio (mercadinhos, quiosques, comércio ambulante) localizados nas praias e em suas adjacências.

Porém, a comercialização da água de coco industrializada ocorre, em sua grande maioria, nos grandes supermercados, pousadas, hotéis e atacadistas dessa região, produzida tanto no RN quanto em outros estados da federação, a exemplo do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Pará e Paraná. A comercialização desse produto em sua versão industrializada, segundo alguns funcionários e proprietários desses estabelecimentos, se

dá em razão de a água de coco envasada, engarrafada e em caixa Tetra Pak possibilitar melhor comodidade e ocupar pouco espaço nas prateleiras, além de oferecer maior prazo de validade (cerca de 30 dias), como pode ser percebido na fala de um desses agentes sociais:

A gente prefere vender a água de coco em garrafa ou em caixinha, porque ocupa pouco espaço no refrigerador. O coco em si ocupa muito espaço e não é viável para nós... Além do mais, a água de coco na sua forma natural tem pouco prazo de validade (Entrevistado A. Pousada Brasil, Ponta Negra, Natal/RN, dezembro de 2023).

Com base em algumas visitas técnicas que realizamos em alguns supermercados e atacadistas da Região Metropolitana de Natal/RN, a exemplo do Assaí, do Atacadão, do Superfácio – Atacadão, do Carrefour e do Nordestão, constatamos a comercialização de distintas marcas de água de coco oriundas de várias partes do território potiguar e de outros estados da federação, em que a água de coco vem ganhando destaque nas prateleiras dos supermercados e atacadistas da cidade de Natal/RN e de outros centros urbanos do Brasil, nos últimos anos.

Com base no exposto e nas informações abstraídas durante a pesquisa de campo, para não concluirmos, o circuito espacial de produção de coco irrigado na Região Metropolitana de Natal/RN – RMN – constitui uma atividade a qual vem alterando significativamente a espacialidade em que esta atividade agrícola se desenvolve, transformando não somente os espaços produtivos, mas também as relações de trabalho e a forma de produzir ao agregar novas tecnologias, ciência e informação ao processo produtivo.

Percebe-se que tal atividade agrícola tem promovido o reordenamento dos arranjos espaciais na área desta pesquisa, em que várias culturas alimentares, a exemplo do feijão, milho, macaxeira, batata-doce, entre outras, estão sendo substituídas pela monocultura do coco. Fato este que coloca em risco a segurança alimentar, a produção de alimentos básicos e necessários para a manutenção da vida humana.

Considerações Finais

Compreendemos que o circuito espacial de produção de coco irrigado nos municípios de São José de Mipibu/RN e de Vera Cruz/RN tem promovido significativas transformações em seu processo produtivo, quanto nas relações de trabalho empregadas, quanto à sua forma de comercialização e de consumo, impondo alterações profundas em suas relações comerciais e produtivas, bem como tem submetido os espaços produtivos a novo uso do território e a novos arranjos espaciais nas áreas objeto desta pesquisa, por meio dos fluxos materiais e institucionais que articulam agentes e técnicas em diferentes escalas, em que formas e conteúdos foram moldados para atender aos interesses capitalistas.

Percebe-se, ainda, que as áreas objeto de nossa investigação estão inseridas e obedecem a uma lógica capitalista, no que tange à reprodução do capital em sua forma ampliada, e que tais áreas detêm certa dinâmica e fluidez no contexto regional do estado do Rio Grande do Norte e, sobretudo, na Região Metropolitana de Natal/RN, ao se configurar como uma das principais áreas agrícolas responsáveis pelo abastecimento de produtos agrícolas direcionados para o abastecimento da capital do estado do Rio Grande do Norte e cidades da Grande Natal, especialmente no que se refere à produção de coco, feijão, macaxeira e batata-doce, entre outros produtos.

Há a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do artigo, haja vista que esta pesquisa está, ainda, em desenvolvimento, bem como faz-se necessário realizar uma reflexão mais aprofundada sobre este tema, além de ser preciso inserir novos elementos que possam enriquecer e consolidar as nossas abordagens, a exemplo do emprego de novas tecnologias na produção de coco, a rastreabilidade de sua produção, identificando sua origem e o seu processo produtivo, a questão da segurança alimentar, assunto este importantíssimo e que merece destaque mediante o contexto e o rumo que a produção agrícola tem tomado nas últimas décadas, haja vista que, se tratando destas unidades federativas, imensas áreas que eram destinadas à produção de grãos e de raízes de mandioca têm dado lugar ao cultivo de coqueiros precoces para atender ao mercado.

Referências

- BANCO DO NORDESTE. **Coco**: produção e mercado. Caderno Setorial ETENE. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1043/1/2021_CDS_206.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.
- BARRIOS, Sonia. Dinâmica Social y espacio. *In: Metodologia para el diagnóstico regional*. Caracas: Cendes, 1978.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Monica; CATAIA, Marcio. Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos*. Natal: Sebo Vermelho, 2010.
- DANTAS, Aldo; ARROYO, Monica; CATAIA, Marcio. **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção**: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2010.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço. 1985. *In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Monica; CATAIA, Marcio (org.). Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos*. Natal: Sebo Vermelho, 2007.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2008a.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2008b.
- SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986, 149 p.

Recebido em 28/11/2025.

Aceito para publicação em 30/03/2026.